

PUBLICIDADE LEGAL

Neogás do Brasil Gas Natural Comprimido S.A.

CNPJ/ME 04.221.716/0001-70 NIRE 4330004620-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Fevereiro de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada em 01 de fevereiro de 2023, às 8h, na sede social da Neogás do Brasil Gas Natural Comprimido S.A., na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Erna Sirtoli Uez, 248, São Leopoldo CEP 95097-070 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em vista da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Presidente: Antonio de Azevedo; Secretário: Pedro Ivo Mello Bolson. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) aumento do capital social da Companhia; e (ii) alterar o Artigo 3.1 do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações do item (i). **5. Deliberações:** Instalada a assembleia, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral extraordinária da Companhia deliberou o quanto segue: **5.1.** Aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 85.289.071,33 (oitenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, setenta e um reais e trinta e três centavos), mediante a emissão de 25.811.763 (vinte e cinco milhões oitocentos e onze mil setecentos e sessenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos) por nova ação ordinária, fixado, sem diluição injustificada, com base no artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das S.A., ora totalmente subscrito e integralizado pela Companhia Ultragaz S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.602.199/0001-12, em moeda corrente nacional, conforme detalhado no boletim de subscrição anexo à presente como Anexo I. Os atuais acionistas da Companhia cederam expressamente, por meio deste ato, de forma irrevogável e irretroatável, aos seu direito de preferência na subscrição e integralização das ações ordinárias ora emitidas pela Companhia, manifestando sua expressa concordância com todos os termos do aumento de capital social. **5.2.** Em virtude da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 104.998.201,67 (cento e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e um reais e sessenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 27.304.989 (vinte e sete milhões, trezentas e quatro mil e novecentas e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 190.287.273,00 (cento e noventa milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e setenta e três reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 53.116.752 (cinquenta e três milhões, cento e dezesseis mil setecentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.3.** Em razão das deliberações acima, aprovar a alteração do caput do Artigo 3.1 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "3.1 - O capital social da Companhia é de R\$ 190.287.273,00 (cento e noventa milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e setenta e três reais), dividido em 53.116.752 (cinquenta e três milhões cento e dezesseis mil setecentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas." **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas da Companhia presentes a esta Assembleia. Mesa: Presidente - Antonio de Azevedo; Secretário - Pedro Ivo Mello Bolson. Acionistas Presentes: G3 Brasil Investor I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, GEEMF III Sam Investor LLC, Global Environment Emerging Markets Fund III LP, Jaz Administração e Participação Eireli, Norberto Lassner Dobynsky, Ricardo Gómaro, Cleantech Brazil Holdings LLC, GNP - Gás Natural Participações Ltda., Gabriel Junqueira Kropsch, Alberto da Fonseca Guimarães, Ricardo Miranda Neumayer. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Caxias do Sul, 01 de fevereiro de 2023. Mesa: Antonio de Azevedo - Presidente; Pedro Ivo Mello Bolson - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 8794528 em 13/03/2023 da Empresa NEOGÁS DO BRASIL GAS NATURAL COMPRIMIDO S.A., CNPJ 04221716000170 e Protocolo 230395538 - 06/02/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes



QUERO-QUERO VERDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. | CNPJ sob nº 01.722.480/0001-67 | NIRE nº 4330004716-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de Investimento em Direitos Creditórios são avaliadas com base em informações disponibilizadas pelo Administrador do Fundo, todos títulos e valores mobiliários são classificados como Nível 2. Em março de 2018, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Verdecard (FIDC Verdecard), constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução 2.907/2001 do BACEN, pela Instrução CVM 356, pelo Regulamento do FIDC Verdecard, e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados das compras dos clientes do cartão VerdeCard. O FIDC Verdecard tem duração de até 10 (dez) anos contados a partir do início de suas operações, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos quotistas do FIDC Verdecard reunidos em assembleia geral de quotistas. Não obstante, as quotas serão objeto de amortizações durante o prazo de vigência do FIDC Verdecard. A estrutura de patrimônio do FIDC Verdecard, em 31 de dezembro de 2022 está assim representada:

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade	Valor
			31/12/22	31/12/21
Subordinadas (*)		28,60%	193.643	273.204
Sênior - 2ª Série CDI + 2,10% a.a.		0,83%	95.000	7.921
Sênior - 3ª Série IPCA + 7,00% a.a.		5,24%	120.000	50.022
Sênior - 4ª Série CDI + 0,90% a.a.		5,53%	100.000	52.807
Sênior - 5ª Série CDI + 1,85% a.a.		7,42%	100.000	70.875
Sênior - 6ª Série CDI + 2,35% a.a.		20,95%	200.000	200.120
Sênior - 7ª Série CDI + 1,40% a.a.		5,76%	55.000	55.031
Sênior - 8ª Série CDI + 1,80% a.a.		25,67%	245.000	245.142
Total			1.108.643	955.122

(*) A exposição da Companhia às atividades do FIDC Verdecard limita-se ao montante de quotas subordinadas subscritas, portanto a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é limitada ao valor de R\$ 54.641 (R\$ 59.241 em 31 de dezembro de 2021). O regulamento do FIDC Verdecard define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 25% das quotas seniores. Em 14 de julho de 2022, o FIDC Verdecard procedeu com a emissão da 7ª e 8ª séries de cotas seniores no montante de R\$ 300.000, equivalente a 300.000 (trezentos mil) cotas seniores, com prazos de três e cinco anos, respectivamente. Esta emissão tem por finalidade capitalizar o fundo de investimentos creditórios gerando condições para suportar o crescimento de vendas, e consequentemente, da carteira de crédito da Companhia. A Companhia atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos direitos de crédito da carteira transferida do FIDC Verdecard. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 20% do total das quotas subordinadas do FIDC Verdecard, no montante de R\$ 54.641 (R\$ 59.241 em 31 de dezembro de 2021).

10 OUTROS VALORES E BENS

	31/12/2022			31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Despesas pagas antecipadamente	219	1.639	497	163	1.116	716
Total	219	1.639	497	163	1.116	716

11 IMOBILIZADO DE USO

	31/12/2022		31/12/2021	
	Depreciação	Total	Depreciação	Total
Máquinas e equipamentos	20%	4	6	6
Móveis e utensílios	10%	5	6	6
Total imobilizado		9	12	

Movimentação do imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	475	70	545
Saldo em 31 de dezembro de 2021	475	70	545
Saldo em 31 de dezembro de 2022	475	70	545

Movimentação do intangível

	Softwares	Projeto Cartão Verde	Sistemas desenvolvidos	Outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.438	6.485	16.915	14	6.363	33.215
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.438	6.485	25.875	14	2.688	38.500
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.438	6.485	29.445	14	4.912	44.280

12 INTANGÍVEL

	Softwares	Projeto Cartão Verde	Sistemas desenvolvidos	Outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.247)	(6.109)	(4.987)	(14)	-	(14.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.294)	(6.203)	(7.077)	(14)	-	(16.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.294)	(6.203)	(7.077)	(14)	-	(16.588)

13 DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O montante de R\$ 2.802 (R\$ 844 em 31 de dezembro de 2021), corresponde a depósitos de clientes feitos em contas de pagamento pré-pagas gerenciadas pela Companhia, em nome dos clientes.

14 PROVISÕES PARA RISCOS

a) Composição dos saldos: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. As provisões constituídas para as ações consideradas de perda provável são as seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Cíveis	Trabalhistas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.796	129	1.925	
Constituição (Utilização) / (Reversão)	(926)	(110)	(1.036)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.796	225	2.332	

b) Movimentação das provisões:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Cíveis	Trabalhistas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.628	8	1.636	
Constituição (Utilização) / (Reversão)	984	143	1.127	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.796	129	1.925	

c) Provisões estimativa de perda possível: A composição das ações cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, suportada pelos seus

8 OPERAÇÕES DE CARTÕES DE CRÉDITO

a) Resumo da carteira de crédito:

	31/12/22	31/12/21
Valores a receber de cartão de crédito		
Lojas (1)	68.608	60.503
Convênios VerdeCard (2)	60.767	80.474
Total	129.375	140.977
Circulante	128.766	140.514
Não circulante	609	463

(1) Refere-se a financiamento de compras de clientes utilizando o cartão VerdeCard, efetuadas exclusivamente na rede de lojas das Lojas Quero-Quero. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, que por sua vez são responsáveis pela atividade de geração de encargos financeiros, bem como assumem o risco de perda destes clientes, através de contratos de parceria com a Companhia.

(2) Refere-se a financiamento de compras de clientes efetuadas em outros estabelecimentos comerciais conveniados do cartão VerdeCard. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, que são responsáveis pela atividade de geração de encargos financeiros, bem como assumem o risco de perda destes clientes, através de contratos de parceria com a Companhia. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, o FIDC Verdecard procedeu com a emissão da 7ª e 8ª séries de cotas seniores, e desta forma a Companhia cedeu R\$75.000 em recebíveis de financiamento próprio - lojas e conveniados VerdeCard de forma definitiva ao FIDC Verdecard para integralização de cotas subordinadas. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada, além disso, as operações das vendas realizadas por meio do cartão de crédito VerdeCard são financiadas por instituições financeiras parceiras, conforme divulgado na nota explicativa 21.

b) Composição das operações de cartão de crédito por vencimento:

	31/12/22	31/12/21
A vencer		
Até 3 meses	89.395	80.571
De 3 a 6 meses	22.272	36.586
De 6 a 12 meses	17.099	23.357
Acima de 12 meses	609	463
Total	129.375	140.977

9 OUTROS CRÉDITOS

	31/12/22	31/12/21
Adiantamentos salariais	332	207
Adiantamentos para fornecedores	498	163
Valores pendentes de liquidação - Partes relacionadas	-	1
Carteira adquirida cobrança	1.026	-
Provisões para perdas esperadas carteira de cobrança	(1.026)	-
Valores pendentes de liquidação - correspondente bancário	-	2.694
Ressarcimentos a receber de parceiro comercial	1.018	-
Diversos	118	116
Total	1.965	3.181

Circulante

Não circulante

financieiras referem-se principalmente aos custos incorridos para

Máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

Depreciação Acumulada

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(467)	(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(469)	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(471)	(65)
Valor Residual em 31/12/2021	6	6
Valor Residual em 31/12/2022	4	5

12 INTANGÍVEL

Taxas de Amortização

	31/12/2022	31/12/2021
Softwares	10%	9%
Projeto Cartão Verde	10%	18%
Sistemas desenvolvidos	10%	19.691
Intangível em andamento	4.912	2.688
Total Intangível	24.888	21.912

Lojas Quero-Quero S.A.

	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos (1)	-	1
Depósitos e demais instrumentos financeiros (2)	(26)	(17)
Outras obrigações (3)	(87.080)	(86.287)
Outras receitas e despesas operacionais (4)	-	(55.085)
Dividendo mínimo obrigatório a pagar (5)	(5.101)	(2.124)
Despesas/Receitas financeiras (6)	-	413
Títulos e valores mobiliários (7)	54.641	71.062
Total	294.624	237.014

17 PARTES RELACIONADAS

As transações de prestações de serviços, assim como as eventuais transações financeiras de empréstimos e captação de recursos, entre a Companhia, e suas partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes. No quadro a seguir estão demonstrados as transações ocorridas e os saldos em aberto entre a Companhia e suas partes relacionadas, e na sequência a descrição da natureza e condição das operações.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Passivo (Despesas) (Despesas)		
Lojas Quero-Quero S.A.		
Outros créditos (1)	-	1
Depósitos e demais instrumentos financeiros (2)	(26)	(17)
Outras obrigações (3)	(87.080)	(86.287)
Outras receitas e despesas operacionais (4)	-	(55.085)
Dividendo mínimo obrigatório a pagar (5)	(5.101)	(2.124)
Despesas/Receitas financeiras (6)	-	413
Títulos e valores mobiliários (7)	54.641	71.062
Total	294.624	237.014

15 TRIBUTOS

a) Despesas com impostos e contribuições - (i) Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado é demonstrada como segue:

	2º semestre de 2022		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.056	33.039	13.843
Alíquota fiscal combinada	41%	41%	45%
Imposto de renda e contribuição social:			
Pela alíquota fiscal combinada	(8.223)	(13.546)	(6.229)
Efeito da participação nos lucros	-	338	262
Adições permanentes:			
Despesas não dedutíveis	171	118	(158)
Incentivos fiscais	919	1.001	1.336
Parcela isenta do adicional de 10%	12	24	24
Imposto de renda e contribuição social	(7.121)	(12.065)	(4.765)
Ajuste alíquota CSLL	19	255	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre e do exercício	(7.102)	(11.810)	(4.765)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(5.330)	(8.477)	(3.233)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	(1.772)	(3.333)	(1.532)

O ajuste da alíquota CSLL para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentado no quadro, refere-se à majoração de alíquota da CSLL diferido da Companhia, prevista na publicação da medida provisória 1.115/2022, convertida na lei 14.446/2022 que é aplicável para o período de 1º de agosto de 2022 e permanecendo até 31 de dezembro de 2022.

(ii) Despesas tributárias:

	2º semestre de 2022		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Contribuições ao COFINS	5.447	9.856	8.447
Contribuições ao PIS / PASEP	1.081	1.953	1.685
ISS	966	1.890	1.991
Outras despesas tributárias	12	286	49
Total	7.506	13.985	12.172

c) Ativo e Passivo Fiscal Diferidos - (i) Movimentação dos créditos tributários: A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2020	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2022
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	6.311	(1.462)	4.849	(3.529)	1.320
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	653	130	783	168	951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(200)	413	(393)	421
Outras provisões	613	(7.577)	6.045	(3.333)	2.712
Total	7.577	(7.577)	6.045	(3.333)	2.712

Os prejuízos fiscais acumulados, de acordo com a legislação tributária vigente, não prescrevem. A utilização do saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício.

(ii) Provisão de realização e valor presente dos créditos tributários

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis com base nos estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributáveis para os seguintes exercícios:

Ano	Valor
2023	1.320
Após 2023	1.392
Total	2.712

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.589, e foi calculado com base na expectativa das taxas médias de juros SELIC praticadas no mercado, relativamente aos prazos esperados de realização de tais créditos.

16 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar	5.101	2.124
Gratificações a pagar	-	953
Total	5.101	3.077

b) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições s/ salários	1.585	1.135
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	99	72
Total	1.684	1.207

c) Diversas:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por transações de pagamento (1)	183.953	147.685
Valores a pagar - sociedades ligadas (2)	87.106	86.304
Despesas de pessoal	2.986	1.975
Adiantamento de parceiro comercial (3)	18.074	-
Credores diversos - país	2.505	1.050
Total	2	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutua devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos ativos e passivos da Companhia que estão sujeitos a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI. O montante relativo a tais ativos e passivos é considerado imaterial, e, portanto, a Companhia considera que este risco possui pouca significância em seus resultados e contas patrimoniais.

(i) Análise de sensibilidade: A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Apresentação do impacto do cenário definido no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

(ii) Análise de sensibilidade da taxa de juros: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras atreladas principalmente ao CDI. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Uma redução de 310 pontos base é utilizada para apresentar internamente os riscos de taxa de

juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Se as taxas de juros fossem 25% mais altas/baixas, equivalente a uma variação de 310 pontos base na taxa de juros, e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 aumentaria/diminuiria em R\$ 1.245. Isso ocorre devido a aplicações atreladas a taxas pós-fixadas que a Companhia possui.

d) Risco de Gestão de Capital: O objetivo da gestão de capital é estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento da Companhia, exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de risco é responsável pela identificação das fontes de capital, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

(i) Requerimentos de capital mínimo: O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução BACEN nº 80 de 25/03/2021. Conforme mencionado na nota explicativa 18 e), a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

22 LIMITES OPERACIONAIS

De acordo com a Circular BACEN nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento

executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 71.410 (R\$ 62.480 em 31 de dezembro de 2021), superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses como emissor ou credenciador de instrumento de pagamento pós-pago, que corresponde a R\$ 3.712 (R\$ 3.294 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses, ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 71.410 (R\$ 62.480 em 31 de dezembro de 2021), superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses como emissor de moeda eletrônica, que corresponde a R\$ 1.280 (R\$ 81 em 31 de dezembro de 2021), e também superior ao saldo mantido em conta pré-paga de R\$ 2.828 (R\$ 861 em 31 de dezembro de 2021).

23 RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui resultados não recorrentes no valor de R\$ 255, referente à majoração de alíquota de CSLL diferido da Companhia, prevista na publicação da medida provisória 1.115/2022, convertida na lei 14.446/2022.

24 OUTRAS INFORMAÇÕES

Cobertura de seguros - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros em conjunto com sua controladora Lojas Quero-

Quero S.A., do ramo de responsabilidade civil Administradores por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Os valores de coberturas de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	31/12/2022
Responsabilidade civil de diretores e administradores	55.000
Cobertura total	55.000

25 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia analisou as decisões individuais transitadas em julgado, e não identificou nenhum processo a ser registrado nestas demonstrações financeiras em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.

DIRETORIA

Jean Pablo de Mello
Diretor Responsável

CONTADOR

Cleiton Worm dos Santos
Contador – CRCRS 090097/O

Aos Administradores da
Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A.
(anteriormente denominada Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A.)
Cachoeirinha/RS

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A.) ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 09 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião

sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC SP-291892/O



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 9 9649-0062



Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC